

### **Economia e superávit em queda livre**

Matéria do jornal Valor do último dia 18 revela que já há consenso no Governo de que a meta de superávit primário de 1,2% do PIB para este ano terá que ser revista. Há quem diga que cairá pela metade, a despeito de todos os cortes no orçamento público (atingindo inclusive políticas sociais e projetos de infraestrutura) e da restrição ao acesso ao seguro-desemprego pelos trabalhadores.

Segundo a matéria, a estratégia do governo para viabilizar a redução da meta é deixar que o Congresso lidere a discussão e apresente a alteração da meta, que pode ir de 1,2% para 0,6% do PIB. E a do ano que vem, que era de 2% do PIB, também pode ser revista, para 1,5% do PIB.

A revisão do superávit primário será necessária pela queda de arrecadação do Governo, com o freio na economia nacional. A atividade econômica no País recuou 0,84% em abril quando comparada a março, que por sua vez teve queda de 1,1% em relação a fevereiro. No mês de maio, a receita com impostos ficou R\$ 4 bilhões abaixo do que havia sido previsto pela equipe econômica.

E a tendência é a economia continuar recuando, empurrada pelo monetarismo cego do Banco Central, que segue aumentando a taxa de juros. O que, além de agravar a recessão e bloquear novos investimentos produtivos, amplia os gastos do Governo com a dívida pública. O que é economizado por um lado com os cortes no orçamento e o ataque ao seguro-desemprego dos trabalhadores, acaba vazando pelo outro lado, rumo aos bolsos dos setores rentistas, de quem o Governo se torna cada vez mais dependente, dado o aumento da dívida pública pela frustração no alcance da meta de superávit.

Resumindo: está difícil enxergar a luz no fim do túnel em que o Governo Dilma meteu o País...

### **Desemprego em alta**

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, divulgados no último dia 19, revelam que o Brasil fechou 115.599 vagas de trabalho com carteira assinada no último mês de maio, número muito maior do que a expectativa de economistas, que falavam no fechamento de 50 mil vagas. Esse é o pior resultado para o mês de maio desde 1992. O resultado de abril (97.827 vagas fechadas) também já havia sido o pior para o período desde aquele ano.

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram o estado que registraram o maior número de vagas fechadas no mês passado.

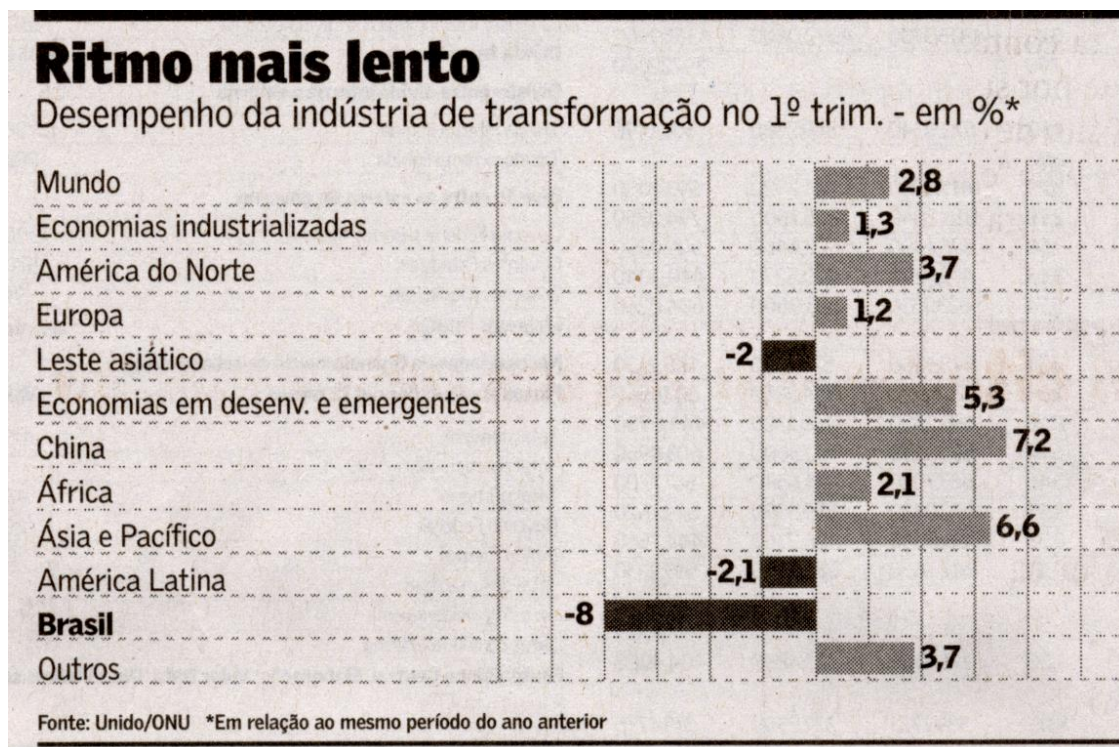
De janeiro a maio de 2015, já foram fechados 243.948 empregos formais. Nos últimos 12 meses, o saldo negativo entre vagas abertas e vagas fechadas chega a 452.835.

E enquanto isso o Governo restringe o acesso ao seguro-desemprego...

## Crise internacional?

No dia 9 de junho, A Folha publicou que a produção industrial recuara, em abril, em 12 estados. Em São Paulo, a produção caiu 11,3%. Segundo os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, a indústria fechou 61 mil vagas no mês de maio em todo o País.

A presidente Dilma e sua turma gostam de afirmar a importância da crise internacional para a crise brasileira. Mas quando vemos o quadro do desempenho da indústria no mundo, publicado no Valor de 12 de junho, esta afirmação mostra que vai contra a realidade.



Aqui, o governo pedala, mas a produção só faz cair.

## Me engana que eu gosto

Enquanto o BC diz que o aumento da taxa de juros trará o crescimento econômico tão sonhado, o Valor de 18 de junho informa que a parcela de empresários sem planos para novos investimentos é a mais elevada dos últimos 17 anos...

Dá-lhe Tombini! Dá-lhe Levy!

## O governo arrocha os trabalhadores, mas inflação cresce

A inflação oficial brasileira, medida pelo IPCA, teve aceleração em maio, e chega a 8,47% em 12 meses.

Agora, IPCA-15 cresceu 0,99% em junho. É a maior alta do índice para meses de junho desde 1996, quando subiu 1,11%.

E haja arrocho.

## **A crise das Universidades na “Pátria Educadora”**

Em meados de maio, mais da metade dos cursos da UFRJ – a maior universidade federal do país – fechou suas portas durante alguns dias por falta de condições de funcionamento, devido ao não pagamento dos funcionários terceirizados responsáveis pelos serviços de limpeza e segurança.

No dia 9 de junho, a direção da Escola de Engenharia da UFF lançou [nota](#) alertando a sociedade para as dificuldades em manter a unidade aberta, devido à falta de recursos para a manutenção dos equipamentos mais básicos. Até os poucos recursos de receita própria daquela escola foram contingenciados.

Esse quadro se repete em diversas universidades públicas país afora, devido aos atrasos nos repasses de verbas orçamentárias por parte do Governo Federal (e também de vários governos estaduais) desde o final do ano passado.

Diante desse cenário, agravado pelo corte de verbas do “ajuste fiscal” de Dilma II, dezenas de universidades iniciaram no dia 29 de maio uma greve docente. Outras tantas, após assembleias de seus professores, decidiram pela não paralisação das atividades. E, no meio desse imbróglio, surgiu o recorrente debate sobre a eficiência da greve como forma de luta nas universidades, a legitimidade das assembleias e a representatividade dos sindicatos dos professores universitários. Debate que ganhou ressonância com a publicação da [carta](#) do professor Daniel Aarão Reis, da UFF.

Daí pra frente, as comunidades acadêmicas nas federais passaram a se digladiar em torno do tema da greve. Na UFRJ, por exemplo, os professores primeiro decidiram por não aderir à paralisação, mas os estudantes reunidos em assembleia discente votaram por uma greve estudantil. Piquetes foram instalados nas entradas dos cursos, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) indicou o cancelamento do calendário acadêmico, mas o Conselho Universitário (Consuni), instância máxima administrativa da Universidade, rejeitou a medida. Até o reitor eleito com grande apoio e entusiasmo da esquerda universitária, Roberto Leher, foi atacado por setores dessa mesma esquerda pelo simples fato de ter tido o bom senso de não votar pela suspensão do calendário, já que os professores tinham se decidido por não fazer greve. Os mesmos que defendem a legitimidade das assembleias, mesmo que esvaziadas, queriam reverter com uma medida burocrática a decisão tomada em assembleia pelos professores. “Temps fous”, diria alguém. Por último, na última sexta-feira, dia 19, em nova assembleia, os professores acabaram aderindo à greve.

Tanta energia consumida em fratricidas embates internos, e nenhuma grande mobilização de rua das Universidades nesse período. Como afirma o Daniel em sua carta, “a situação do sistema educacional torna-se assunto ‘público’, e se realizam pressões efetivas em prol de medidas positivas para a educação pública, quando estudantes, professores e funcionários conseguem ir para as ruas, apresentando à sociedade suas reivindicações, impondo-se, pelo seu movimento social, à atenção das gentes e à agenda dos governos”. Enquanto essa pressão das ruas não vem, o Governo se regozija e segue com seus cortes e atrasos de repasses. Toda energia gasta nos embates internos à comunidade acadêmica certamente seria mais eficazmente empregada se fosse voltada contra o Governo e seu ajuste fiscal.

Se no curto prazo as energias devem se voltar para o combate aos cortes e atrasos nos repasses do Governo, no médio e longo prazos o debate deveria versar sobre a necessidade de uma profunda reforma na estrutura das universidades, e sobre o papel que essas instituições devem desempenhar para o desenvolvimento científico, econômico e social do País.

Há meio século, Brasil e Coréia do Sul estavam em um patamar muito parecido de desenvolvimento. Hoje, a Coréia dá de goleada: a taxa de alfabetização de sua população é de 100%; 86% de seus jovens estão nas universidades; o PIB per capita lá é quase duas vezes o nosso; no ranking do IDH, eles estão 69 posições na nossa frente; a participação deles no comércio mundial é mais do que o dobro da nossa.

Esse salto foi alcançado graças a políticas consistentes de educação, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Na Coréia, foram os Institutos de Pesquisa, e não as Universidades, o carro-chefe da política de P&D. Esse pode ser um caminho a ser seguido pelo Brasil, caso não reforme suas universidades.

O Brasil tem mais de 60 universidades federais e mais um punhado de universidades estaduais, com pouquíssima ou nenhuma coordenação entre elas. Competem por recursos para muitas vezes fazerem o mesmo trabalho e oferecerem o mesmo tipo de curso no mesmo território geográfico. Não dá pra achar que todas devem se dedicar à pesquisa e desenvolvimento, e que todas devem ser tratadas da mesma forma. Isso não acontece em país nenhum do mundo. Não há dinheiro que chegue pra isso, nem que se invistam os tais 10% do PIB (número cabalístico que virou pauta central dos sindicatos docentes e entidades estudantis). Há que se garantir a qualidade do ensino, da formação de profissionais, em todas elas, com uma direção dada pelo Governo, com levantamento de demanda e de especificidades em cada região. Mas há também que se definir um grupo de uma dezena que seja voltada pra pesquisa de ponta, e concentrar recursos de P&D nelas, dentro de um plano de desenvolvimento do país.

Além disso, o modelo autárquico atual, profundamente burocratizado, precisa ser substituído por formas mais flexíveis e eficientes de gestão, sem deixar de garantir a estabilidade necessária para a pesquisa (sobretudo a básica, que demanda grande tempo para o alcance de resultados). Matéria do Globo publicada há um mês mostrou que entre 2003 e 2013 o número de funcionários (incluindo os terceirizados) dobrou na UFRJ, enquanto os de estudantes e de docentes na graduação tiveram aumento bem menor (57% e 23%, respectivamente). Tem muita gente fazendo trabalho repetido, gente fazendo trabalhando de menos, e um tanto não fazendo nada.

E, se por um lado a autonomia na escolha de dirigentes e no dia-a-dia das universidades deve ser preservada, por outro é preciso que elas apresentem resultados à sociedade firmados em contratos de gestão, condizentes com um papel destacado em um processo de desenvolvimento nacional. Afinal, são mantidas por verbas públicas.

Mais recursos pras universidades são bem vindos, e por isso é justo e necessário se levantar contra os cortes orçamentários efetuados pelo Governo, de preferência poupando energia em embates no interior da comunidade acadêmica sobre o tema da greve, e organizando a mobilização que dê visibilidade à questão. Mas recursos orçamentários estão longe de ser o bastante. A universidade pública brasileira precisa ser radicalmente reformada. E a esquerda precisa entrar fundo nesse debate, mesmo contrariando interesses corporativos e setores do movimento sindical universitário. Sob risco de, em não o fazendo, assistir mais uma vez a reforma ser feita pela direita, sem ter nem forças para resistir. Ou, ainda, de ver as universidades

públicas perderem cada vez mais importância, sendo substituídas por institutos independentes de pesquisa, por um lado, e pelo ensino privado, por outro.

### **A raposa cuidando do galinheiro na Saúde**

A presidente Dilma assinou decreto no último dia 15 designando José Carlos de Souza Abrahão para o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde. Abrahão, que havia sido nomeado para a diretoria da agência em 2014, é ex-presidente da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS), sindicato empresarial que representa estabelecimentos de serviços de saúde no País. Incluindo as operadoras de planos de saúde, a quem a ANS deve supervisionar.

Abrahão já se manifestou publicamente contra o ressarcimento ao SUS por parte das operadoras, em artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo em 2010. E a CNS é autora de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o artigo 32 da Lei 9.656, a Lei dos Planos, que trata do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o artigo, quando um cidadão é detentor de plano de saúde e por algum motivo é atendido em alguma unidade de saúde pública, a operadora do plano deve ressarcir ao SUS o valor gasto no atendimento, caso os serviços disponibilizados estejam incluídos no rol de procedimentos estabelecido em contrato do plano.

### **Intolerância bárbara**

No último dia 14 uma menina de 11 anos levou uma pedrada na cabeça quando saía com um grupo de pessoas de um culto de candomblé na Vila de Penha. Segundo testemunhas, os agressores levantaram a Bíblia e chamaram todos do grupo de “diabo”. Dias depois, quando foi ao IML para fazer exame de corpo de delito, a menina foi novamente ofendida.

A intolerância religiosa cresce a olhos vistos no País, e sobretudo no Rio de Janeiro, tendo como alvo principal as religiões afro-brasileiras. São inúmeros casos de agressões e fechamento de terreiros, muitas vezes em áreas controladas por traficantes ou milicianos evangélicos.

Essas correntes e pastores que utilizam o evangelho para pregar o ódio contra as outras religiões precisam ser investigadas e combatidas. O preço da omissão é cultivar o ovo da serpente.